



**MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA - IPRAM**

**COMITÊ DE INVESTIMENTO**  
**Ata nº 03/2015, de 04 de agosto de 2015**

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às 14 horas, na sala do IPRAM, à Rua Assis Brasil, número onze, junto ao Centro Administrativo Municipal, reuniram-se os membros da Comitê de Investimento do IPRAM, em reunião ordinária para tratar sobre os investimentos do Instituto. A presidente do IPRAM, Sra. Carla Maria Mathias Cichelero, iniciou comunicando que, conforme contato realizado, a reunião antes agendada para o dia 26 de agosto havia sido alterada para a data de hoje e passou a palavra à diretora de investimentos, Andréia Armelin. Cumprimentando os presentes, a Diretora apresentou relatórios de rentabilidade do Instituto à data de 30 de junho, vez que ainda não possui todos os extratos relativos ao mês de julho, documentos que são disponibilizados mensalmente pela Diretora Financeira. Embora sem os dados efetivos da rentabilidade do último mês, Andréia destacou que o mês de julho foi bastante crítico, fruto do mercado atual brasileiro. A rentabilidade efetiva acumulada pelo Instituto até 30 de junho de 2015 chegava a 7,41%, valor apurado sem considerar dias de aplicação e resgate, mas período mensal, conforme método de cálculo adotado no demonstrativo atuarial, que é o que reflete o atingimento ou não da meta ao término do exercício. O IPCA projetado para 2015 na 191ª reunião do Copom era de 8,39% e isso impunha uma meta atuarial projetada de 14,89%, um patamar elevadíssimo em face da alta inflação. Atualmente o mercado tem projeção de que o IPCA ultrapasse os 9%, o que só aumenta a meta atuarial e isso tem preocupado todos os institutos de previdência, bem como os fundos de pensão, que estimam ficar bastante aquém do esperado estimando um juro real em torno de 6%, como no caso do IPRAM. O Instituto contava com R\$ 47.975.193,58 aplicados em fundos de investimento diversificados à data de 30 de junho. Recentemente às aplicações tem se preferido fundos DI e IRFM1, buscando reduzir um pouco a volatilidade da carteira. No entanto, a Diretora ressalta que jamais o Instituto atingiria a meta sem o risco que lhe impõe uma carteira com elevado percentual em fundos mais voláteis, a exemplo dos atrelados aos Títulos do Tesouro Nacional, especialmente NTN-B, no caso, onde está a maior parte dos recursos do Instituto já há alguns anos. O IPRAM tem alocado, à data considerada, 56,85% dos recursos em fundos atrelados ao IMAB, sendo a maior parte em fundos que aplicam em curto e longo prazo. No entanto, recentemente foram aplicados R\$ 2.000.000,00 em fundo cuja composição é de curto prazo dos títulos públicos, que estão pagando melhor copom que os de maior prazo. Essa movimentação, destacou a Diretora, foi feita em atenção às definições do Comitê e observando os desembolsos projetados, para não comprometer a liquidez, já que se trata de investimento cujo resgate poderá ser feito em agosto de 2016. Os recursos oriundos dessa aplicação foram obtidos na própria instituição, Caixa Federal, no Fundo Caixa FI Brasil IMAB. A Diretora destacou que o resgate foi feito no mesmo dia em que aplicado o montante no novo Fundo Caixa Brasil 2016 III FI, dia 26 de junho, quando o percentual efetivo da rentabilidade do fundo acumulava, no mês, 0,24%. O fundo Caixa FI Brasil IMAB fechou com rentabilidade negativa de 0,43%. Quanto ao encurtamento do prazo dessa aplicação, também foi importante no mês de julho, em que somente em um dia houve queda de mais de 2% no fundo IMAB, dia 23 de julho, frente à queda de um quarto disso, aproximadamente, para os títulos de prazo menor, como aqueles do novo investimento. Nesse sentido, a Diretora destacou que têm surgido diversos novos fundos fechados com prazo de resgate definido que compram títulos públicos de prazos mais curtos, que hoje têm pago juros maiores. Lembrou que o IPRAM tem aplicados os R\$ 2.000.000,00 citados para resgate somente em agosto de 2016 e tem também aplicados aproximadamente R\$ 560.000,00 em fundo cuja carência se estende a 2030. Apresentou dois fundos oferecidos recentemente pelo Banco do Brasil que são similares aos referidos, explicando cada um deles conforme características apresentadas no material publicitário apresentado, BB Previdenciário Renda Fixa Títulos Públicos IX FI, cuja carência é 15/08/2018 e tem por parâmetro de rentabilidade o IDKa IPCA 2ª e cuja média de juro ponderada da aplicação chegava a 6,94% conforme informação (via e-mail de Edmundo.neto@bb.com.br) do dia 05 de agosto e o Fundo BB Previdenciário Renda Fixa Títulos Públicos VII FI, atrelado ao IMAB, cuja média atingia 6,62% nesse dia. Lembrou que a rentabilidade esperada pelo IPRAM é 6% de juro real, e esses fundos atingiriam a meta. O gerente de relacionamento do Banco do Brasil adiantou que o fundo ficará aberto enquanto conseguir captar títulos a juros maiores do que os esperados pelos institutos, em sua maioria, 6%. Aproveitando, a Diretora informou que o Banco do Brasil também está com fundo imobiliário aberto, o Fundo BB Recebíveis Imobiliários, do que apresentou material publicitário para posteriores considerações. Antes de discutir do interesse do Instituto nesses fundos e de definir outros

Edelaine Guatelli  
Andréia Armelin  
Carla Maria Mathias Cichelero  
Andréia Armelin  
Carla Maria Mathias Cichelero



## MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

parâmetros, a Diretora julgou importante fazer algumas considerações quanto ao mercado. Do que se passou a discutir. Andréia iniciou falando do impacto trazido com a redução da meta fiscal. Brevemente conceituando, a Diretora ressaltou que essa meta fiscal ou resultado primário é uma indicação de quanto o governo economizará, ou pretende economizar, ao longo de determinado período com vistas ao pagamento de juros sobre a sua dívida. É reflexo da diferença entre as receitas e as despesas do governo excluindo-se dessa conta as relativas aos juros. A diferença positiva reflete um superávit primário, a negativa, um déficit primário. Em suma, quando o governo obtém um superávit, significa que ele arrecadou mais dinheiro do que gastou. Isso representa a economia feita pelo governo para pagar sua dívida pública, indicador considerado importante para avaliar a capacidade do país de honrar seus compromissos. O que ocorreu na penúltima semana de julho foi a redução da meta para o superávit primário do governo federal, que era de 1,1% e passou para 0,15% do PIB. Essa mudança da política fiscal foi vista pelo mercado como um risco à estratégia de levar a inflação aos pretendidos 4,5%. Essa redução acabou sinalizando um menor esforço fiscal do Governo até 2017 e houve uma forte reação negativa dos mercados. A revisão se deu em função de frustradas receitas. As contas do governo central fecharam o primeiro semestre com déficit pela forte frustração de receitas, obtendo o pior resultado desde 1997. A reação negativa do mercado com a redução da meta fiscal, no que tange fortemente às aplicações do Instituto, houve brusca queda do índice IMA-B, atrelado aos títulos públicos NTN-B, que no longo prazo (IMAB 5+) chegou perto de 2,5% negativo no dia 23 de julho, conforme já ressaltado. No ano o índice IMA-B, cujo bench é de interesse dos Institutos de previdência porque investe em títulos que acompanham a meta atuarial no sentido de pagar IPCA mais juros, acumula menos do que 7% e a volatilidade do dia 23 foi bastante impactante. Junto com essa redução da meta fiscal veio a elevação do dólar a preços não vistos em 12 anos, R\$ 3,40. A projeção anterior do Copom, em junho, para o dólar, era de R\$ 3,10. Em 30 de julho nova alta de 0,50 ponto percentual na Selic foi promovida pelo Copom, passando de 13,75% para 14,25%. Antes da mudança da política fiscal a expectativa era de alta de 0,25%. A elevação nesse percentual maior do que o esperado tem em conta o atual cenário macroeconômico e as perspectivas de inflação e, com ela, o Banco Central sugere que o ciclo de alta, necessário para a convergência da inflação para a meta em 2016, teria se encerrado. Essa sinalização surpreendeu já que havia expectativa de uma comunicação mais gradual. Alguns economistas consideram precipitada essa sinalização frente às incertezas do mercado local, pois o Banco Central fecha a porta para um aumento de juros se o cenário piorar, razão porque entendem baixa a probabilidade de que o Banco Central consiga começar a cortar a Selic já em meados do próximo ano, como projetavam. Há, por outro lado, aqueles que acreditam que a Selic, permanecendo nesse patamar por um tempo, poderá ser reduzida ainda no primeiro semestre do ano que vem. Fato é que esse comunicado também tem o condão de sustar especulações sobre a taxa Selic, dando uma trégua ao Banco Central e ao governo que deverá centrar seus esforços na gestão da política fiscal para que o Brasil não perca, de vez, o grau de investimento, o que tem se mostrado cada vez mais próximo, como vem se consumando, tanto pela Moodys, quanto pela Standard Poor's, que mudaram a perspectiva de nota estável do Brasil para negativa. O Brasil, com isso, tem grande possibilidade de perder o selo de bom pagador do governo federal. Quanto ao mercado externo, nos Estados Unidos, o FED, chamado banco central norte americano, manteve seus juros de referência de curto prazo perto de zero, mas deu várias pistas de que está perto de ver melhora suficiente no mercado para elevar os juros já em setembro. Ao mesmo tempo, as autoridades estão hesitantes quanto ao momento certo de subir os juros e inclinadas a elevar as taxas muito gradualmente depois do primeiro aumento. Aos países emergentes, essa elevação torna-se ruim pois o capital investido neles, como no Brasil, acaba sendo direcionado para os EUA, onde, embora paguem menos juros, há maior segurança. O FMI recomenda a elevação desses juros só em 2016. De toda a forma, uma mudança de paradigma para investidores dos EUA tem sido levantada, no sentido de questionar a liquidez dos títulos do Tesouro norte-americano – Treasuries-, situação não debatida até então. O clima sugere que sem garantia de liquidez ou com uma taxa de retorno mais alta o ativo se tornará menos desejável. Alguns investidores têm começado a precificar um prêmio de liquidez para manter sua exposição aos Treasuries, conceito antes reservado a dívidas de empresas. Quanto à economia mundial, há um lento crescimento em 2015. Há desaceleração da China e de outros emergentes. O comércio mundial tende a se manter estagnado. As economias mais desenvolvidas têm um quadro mais positivo de expectativas de desempenho à economia. Na zona do euro, apesar do caso da Grécia, há projeções um pouco mais favoráveis para o crescimento da região, o que não ocorria há tempo. A política econômica no Japão também tem conseguido induzir a inflação, já que o país vinha numa situação deflacionária, o que é positivo. A China está em desaceleração, mas num processo comedido, o que tem permitido à economia resistir à queda do mercado acionário. A América Latina apresenta desaceleração de crescimento do consumo e redução do ritmo de investimentos. O Brasil é bastante afetado pela freada dos países vizinhos, já que tem superávit comercial com a região e a



## MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

desaceleração dos mesmos afeta muito as exportações brasileiras. A queda dos preços dos commodities, a volatilidade das moedas e a perspectiva de aumento dos juros americanos afetam o desempenho dos países latino-americanos, como o Brasil. Embora esse quadro, há também aqueles que acreditam que o Brasil se recupere no próximo ano, já que o país tem economia diversificada e sempre revelou grande capacidade de se recuperar após períodos de ajuste. Nesse cenário bastante temerário, o IPRAM, reiterou, busca atingir a rentabilidade do IPCA mais juros de 6%, o que ultrapassa, na atual conjuntura, 15%. É pouco provável que se atinja essa meta, ressaltou a Diretora, no entanto, é importante considerar que os investimentos devem ser vistos no longo prazo, como é da Política de Investimentos do IPRAM. Passando à discussão quanto à carteira do IPRAM, os membros do Comitê de Investimento entendem que é prudente se mantenha recursos atrelados aos fundos IMA, embora todo o risco que lhes é peculiar. Quanto aos fundos apresentados, foi definido que é interessante aplicar mais recursos em fundos que comprem títulos com prazos definidos, permitindo garantir juros próximos da meta, do que ficou definido o aporte de R\$ 1.500.000,00 para o Fundo BB Previdenciário RF TP IX, cujo resgate ocorrerá em 2018. O resgate dos recursos para aplicação nesse fundo deverá ser feito do Fundo Previdência RF IMA-B Títulos Públicos, do Banco do Brasil ou do Fundo IRFM 1, se a rentabilidade esperada no dia da conversão da cota estiver negativa no mês. Questionada, a Diretora informou que o próximo aporte de recursos oriundos das contribuições será no Banrisul, buscando manter o equilíbrio de aportes e desinvestimentos de cada instituição, conforme fora definido pelo Comitê. Tendo em vista a aplicação pretendida, o Comitê entendeu por utilizar esses recursos para o investimento no referido Fundo BB Previdenciário RF TP IX, ficando para outro período o aporte junto ao Banrisul, devendo o resgate do Fundo IMAB citado ser feito para completar o montante da aplicação. O Comitê decidiu por não aplicar recursos no fundo imobiliário apresentado. Andréia também informou que no início de julho, respeitando os limites conforme decisão do Comitê na última reunião quanto à movimentação de recursos sem nova reunião do Comitê, resgatou todos os recursos aplicados no Fundo Banrisul Soberano e aplicou no Fundo Banrisul Absoluto, ambos atrelados ao DI, sendo que esse último tem taxa de administração de 0,15% enquanto que o anterior tinha de 0,50%. O Comitê ratificou a possibilidade de que a Diretoria realize a realocação de recursos sem prévia reunião com o Comitê de Investimentos conforme definições em reunião anterior, Ata nº 002/2015, e redefiniu o montante limite para movimentação a R\$ 4.000.000,00 a partir de agosto de 2015, computados os valores por seu primeiro resgate, desconsiderados resgates de mesma monta do fundo onde venha a ser alocado ou novos recursos oriundos de qualquer fonte cujo Fundo a ser investido fica a critério da Diretoria, respeitada a Política de Investimentos. Nesse montante não está sendo considerado o aporte de R\$ 1.500.000,00 no Fundo do Banco do Brasil citado. Nada mais havendo a tratar quanto a carteira de investimentos, antes de passar a palavra à presidente, Andréia relatou que esteve em uma Reunião Aberta de Investimentos organizada pela EPCI Educação, ministrada por Eduardo Lopes Neto, cuja abordagem foi bastante elucidativa e interessante. Informou que ouviu fortes elogios aos cursos de certificação ministrados pelo economista, por sua didática de exposição do tema, que por muitos é tido como assunto bastante delicado e difícil. Nesse sentido, ressaltou que é essencial que os membros do Comitê de Investimentos busquem a certificação e da possibilidade de que seja a certificação CGA ao invés da CPA-10 e que o referido instrutor ofereça cursos in company, se houver interesse. Tendo em vista a reunião do Conselho, a Diretora também ressaltou a importância de que o IPRAM observe a Portaria MPS nº 185 de 14 de maio de 2015 e a Portaria MPS/GM nº 300, de 03 de julho de 2015 para fins de manter-se como investidor qualificado. Nessa seara, apresentou notícia veiculada no Valor Econômico no dia 03 de agosto, relatando que a CVM é que pleiteou a publicação da Portaria 300, já muitos RPPS têm aportado seus recursos em fundos com gestor desconhecido que, depois de captar recursos, aplicou-os em créditos privados "ruins", de empresas desconhecidas, sem perspectivas ou até mesmo fraudadas. Diante de investimentos tidos por desastrosos apurados, a exemplo de situação recente ocorrida com o RPPS de Tocantins, em que os gestores foram punidos pela má gestão à devolução de recursos, a avaliação da CVM é de que os RPPS não podem ser considerados investidores qualificados salvo algumas condições, devendo os produtos em que eles investem entrar no rol da sua supervisão, que tem em seu mandato a proteção ao pequeno investidor. Nada mais havendo a destacar, a presidente deu por encerrada a reunião, ficando o tema relativo às Portarias citadas para a pauta da reunião do Conselho Deliberativo do Instituto. Observando o calendário de reuniões do Comitê de Investimentos, a próxima reunião ficou agendada para a última quarta-feira do mês de novembro, às 14 horas. Nessa última reunião também deverá ser apresentada a Política de Investimentos para 2016. Foi encerrada a reunião, da qual, para constar, lavrou-se a presente ata, que, lida, seguirá assinada por mim, Diretora de Investimentos, e pelos demais presentes.

Tabiana Sarpelon  
Claudia Gionezzi

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

7

# RENTABILIDADE INVESTIMENTOS - IPRAM

Exercício  
2015

DATA	Saldo da aplicação no período (R\$)	Saldo Final aplicado (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Rentab. Efetiva (%)	Rentab. efetiva acum. (%)	Meta Atuarial (%)
jan	43.427.165,42	44.355.561,58	928.396,16	2,1378	2,1378	1,7328
fev	44.626.253,26	45.027.216,97	400.963,71	0,8985	3,0555	3,4752
mar	45.301.716,97	45.301.225,69	- 491,28	-0,0011	3,0544	5,3514
abr	45.561.225,69	46.587.448,97	1.026.223,28	2,2524	5,3756	6,6158
mai	46.832.448,97	47.685.568,77	853.119,80	1,8216	7,2952	7,9275
jun	47.924.888,77	47.975.193,58	50.624,81	0,1056	7,4085	9,3097

**Acompanhamento dos rendimentos frente à meta atuarial IPRAM:**

Rentabilidade Efetiva Acumulada até o mês atual (%) *	7,41
Rentabilidade pretendida até o mês atual (obs. meta atuarial)	9,31
Meta projetada exercício(%)**	14,89

\*rentabilidade apurada mensalmente, sem considerar o dia da aplicação ou do resgate, conforme método adotado no DRAA anualmente.

\*\*considerando IPCA projetado para 2015, 191ª reunião Copom - 8,39%

**Dados até jun/15**

IPRAM - ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO - Valores Absolutos  
EXERCÍCIO 2015

Alocação dos Recursos / Diversificação	Limites Resolução	Política Investimentos	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100%	0%	-	-	-	-	-	-
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100%	90%	31.717.128,29	31.915.851,20	31.884.156,43	32.611.450,99	33.663.264,00	33.632.899,54
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15%	0%	-	-	-	-	-	-
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, "a"	80%	30%	5.587.421,23	5.614.429,92	5.610.523,61	5.721.466,95	5.849.437,01	5.853.774,88
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, "a"	30%	20%	3.578.969,19	3.849.255,67	4.140.021,72	4.419.481,25	4.427.882,09	4.705.089,08
Poupança - Art. 7º, V	20%	0%	-	-	-	-	-	-
FI em Direitos Creditórios - aberto - Art. 7º, VI	at 15%	5%	-	-	-	-	-	-
FI em Direitos Creditórios - fechado - Art. 7º, VII, "a"	at 5%	5%	-	-	-	-	-	-
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"			1.625.880,00	1.649.234,00	1.681.299,00	1.703.791,00	1.721.242,00	1.743.672,00
<b>Total do segmento</b>	<b>100%</b>	<b>150%</b>	<b>42.509.398,71</b>	<b>43.028.770,79</b>	<b>43.316.000,76</b>	<b>44.456.190,19</b>	<b>45.661.825,10</b>	<b>45.935.435,50</b>
FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	30%	10%	831.005,47	903.411,45	885.688,12	961.757,11	903.414,90	913.522,14
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20%	0%	-	-	-	-	-	-
FI em Ações - Art. 8º, III	15%	12%	1.015.157,40	1.095.034,73	1.099.536,81	1.169.501,67	1.120.328,77	1.126.235,94
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5%	5%	-	-	-	-	-	-
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5%	3%	-	-	-	-	-	-
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5%		-	-	-	-	-	-
<b>Total do segmento</b>	<b>30%</b>	<b>30%</b>	<b>1.846.162,87</b>	<b>1.998.446,18</b>	<b>1.985.224,93</b>	<b>2.131.258,78</b>	<b>2.023.743,67</b>	<b>2.039.758,08</b>
<b>Total Geral</b>	<b>100%</b>	<b>180%</b>	<b>44.355.561,58</b>	<b>45.027.216,97</b>	<b>45.301.225,69</b>	<b>46.587.448,97</b>	<b>47.685.568,77</b>	<b>47.975.193,58</b>

IPRAM - ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO - Valores Relativos  
EXERCÍCIO 2015

Alocação dos Recursos / Diversificação	Limites Resolução	Política Investimentos	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100%	0%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	0,00%	0,00%
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100%	90%	71,51%	70,88%	70,38%	70%	70,59%	70,10%
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15%	0%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	0,00%	0,00%
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, "a"	80%	30%	12,60%	12,47%	12,38%	12%	12,27%	12,20%
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, "a"	30%	20%	8,07%	8,55%	9,14%	9%	9,29%	9,81%
Poupança - Art. 7º, V	20%	0%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	0,00%	0,00%
FI em Direitos Creditórios - aberto - Art. 7º, VI	at 15%	5%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	0,00%	0,00%
FI em Direitos Creditórios - fechado - Art. 7º, VII, "a"	at 5%	5%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	0,00%	0,00%
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"			3,67%	3,66%	3,71%	4%	3,61%	3,63%
<b>Total do segmento</b>	<b>100%</b>	<b>150%</b>	<b>95,84%</b>	<b>95,56%</b>	<b>95,62%</b>	<b>95%</b>	<b>95,76%</b>	<b>95,75%</b>
FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	30%	10%	1,87%	2,01%	1,96%	2%	1,89%	1,90%
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20%	0%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	0,00%	0,00%
FI em Ações - Art. 8º, III	15%	12%	2,29%	2,43%	2,43%	3%	2,35%	2,35%
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5%	5%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	0,00%	0,00%
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5%	3%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	0,00%	0,00%
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5%		0,00%	0,00%	0,00%	0%	0,00%	0,00%
<b>Total do segmento</b>	<b>30%</b>	<b>30%</b>	<b>4,16%</b>	<b>4,44%</b>	<b>4,38%</b>	<b>5%</b>	<b>4,24%</b>	<b>4,25%</b>
<b>Total Geral</b>	<b>100%</b>	<b>180%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

*Handwritten signatures and initials:*  
  
  
  


**IPRAM - ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR BENCH - Valores Absolutos**  
**EXERCÍCIO 2015**

Bench	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
IBX-50	R\$ 831.005,47	R\$ 903.411,45	R\$ 885.688,12	R\$ 961.757,11	R\$ 903.414,90	R\$ 913.522,14
IGC	R\$ 1.015.157,40	R\$ 1.095.034,73	R\$ 1.099.536,81	R\$ 1.169.501,67	R\$ 1.120.328,77	R\$ 1.126.235,94
IMA-B	R\$ 26.275.306,07	R\$ 26.410.138,66	R\$ 26.323.889,90	R\$ 26.971.636,32	R\$ 27.357.930,45	R\$ 25.275.509,37
IMA Geral Ex C	R\$ 4.502.883,35	R\$ 4.525.039,04	R\$ 4.528.724,31	R\$ 4.598.656,27	R\$ 4.683.554,08	R\$ 4.695.971,37
IMA Geral	R\$ 5.376.728,29	R\$ 5.402.239,29	R\$ 5.407.112,78	R\$ 5.492.039,95	R\$ 5.598.318,48	R\$ 5.611.933,82
IRF-MI	R\$ 1.149.631,81	R\$ 1.192.864,13	R\$ 1.234.953,05	R\$ 1.270.585,40	R\$ 1.872.898,00	R\$ 1.902.939,86
IPCA + 6% aa	R\$ 2.176.073,10	R\$ 2.192.231,00	R\$ 2.235.658,80	R\$ 2.266.203,70	R\$ 2.289.963,40	R\$ 2.320.283,10
CDI	R\$ 3.028.776,09	R\$ 3.306.258,67	R\$ 3.585.661,92	R\$ 3.857.068,55	R\$ 3.859.160,69	R\$ 4.128.477,98
<b>Total Geral</b>	<b>R\$ 44.355.561,58</b>	<b>R\$ 45.027.216,97</b>	<b>R\$ 45.301.225,69</b>	<b>R\$ 46.587.448,97</b>	<b>R\$ 47.685.568,77</b>	<b>R\$ 45.974.873,58</b>

Alocação por bench indicado no Fundo

**IPRAM - ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR BENCH - Valores Relativos**  
**EXERCÍCIO 2015**

Bench	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
IBX-50	1,87%	2,01%	1,96%	2,06%	1,89%	1,90%
IGC	2,29%	2,43%	2,43%	2,51%	2,35%	2,35%
IMA-B	59,24%	58,65%	58,11%	57,89%	57,37%	56,85%
IMA Geral Ex C	10,15%	10,05%	10,00%	9,87%	9,82%	9,79%
IMA Geral	12,12%	12,00%	11,94%	11,79%	11,74%	11,70%
IRF-MI	2,59%	2,65%	2,73%	2,73%	3,93%	3,97%
IPCA + 6% aa	4,91%	4,87%	4,94%	4,86%	4,80%	4,84%
CDI	6,83%	7,34%	7,92%	8,28%	8,09%	8,61%
<b>Total Geral</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Alocação por bench indicado no Fundo

*Handwritten signatures and initials:*  
  
 Andréia Armelin  
 Cel